

## “No Ceará, o crime se espalhou”: Sobre as Facções Criminosas nas Periferias da Cidade de Fortaleza, Ceará, Brasil<sup>1</sup>.

Luiz Paiva<sup>2</sup>

### Resumo

Neste artigo, trabalha-se sobre como a presença de facções criminosas se consolidou em bairros localizados nas periferias da cidade de Fortaleza-CE, afetando de maneira significativa a vida de quem reside, trabalha, atua politicamente e circula nesses territórios. Busca-se analisar como é viver essa experiência, ao sentir sua vida moldada pelo mando de pessoas associadas e dispostas a usar a força como meio de controlar territórios, mercados e rotinas sociais. Explica-se como os grupos conhecidos como facções moldaram sua existência em territórios fronteirizados por suas ações e manobrados para fazer valer um domínio que, em todas as suas dimensões, viola direitos básicos das populações locais. Demonstra-se o impacto econômico e cultural dessa experiência à luz de resultados de pesquisas qualitativas e de um esforço teórico para explicar, de um ponto de vista sociológico, como esse fenômeno social se tornou possível.

**Palavras chaves:** violência, crime, facções, cidade

### “Crime has spread in Ceará”: On Criminal Factions in The Suburbs of Fortaleza, Ceará, Brazil.

### Abstract

This article studies how criminal factions have consolidated in suburban neighborhoods of Fortaleza, Ceará, Brazil, significantly affecting those who live, work, engage politically, and circulate in these territories. Our work aims to analyze what it is like to live this experience and feel how lives are shaped by the command of people who are associated with and willing to use force to control territories, markets, and social routines. It explains how the groups known as factions have shaped their existence in territories bordered by their actions and maneuvered to enforce domination that violates the fundamental rights of local populations in all its dimensions. We show the economic and cultural impact of this experience in the light of qualitative research results and produce a theoretical effort to explain, from a sociological viewpoint, how this social situation was facilitated.

**Keywords:** Violence, Crime, Factions, City.

### Introdução

“No estado do Ceará, o nosso crime se espalhou” é uma expressão retirada de um *rap* criado por um MC vinculado ao grupo Guardiões do Estado (GDE), uma facção criminosa que surgiu em terras cearenses. O trecho desse *rap* pode ser compreendido como uma afirmação que ilustra com alguma precisão os acontecimentos decorrentes do advento de facções, no estado do Ceará, pelo menos desde o início do ano 2016. A presença de facções se tornou uma realidade nas cidades cearenses, e este fato impõe diversas preocupações e desafios únicos para populações que, em seu dia a dia, precisaram aprender a conviver com esse tipo de organização em seus territórios de moradia. Isso transformou profundamente a maneira como se vive nos territórios controlados por facções, desafiando princípios básicos de uma sociedade democrática organizada em torno da dinâmica política de um Estado de direito.

Em linhas gerais, acredita-se que o ponto de partida desta reflexão pode ser a pergunta feita por George Simmel (2013) e que até os dias de hoje fundamenta a sociologia, qual seja: como a sociedade é pos-

<sup>1</sup> Os resultados apresentados contaram com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio do Projeto de Pesquisa “Os efeitos sociais do crime nas periferias urbanas de Fortaleza”. Agradeço ao apoio institucional do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da Universidade Federal do Ceará e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Violência, Poder e Segurança Pública (INViPS) vinculado ao programa INCTs/CNPq.

<sup>2</sup> Professor de Sociologia da Universidade Federal do Ceará, coordenador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC), pesquisador do INCT Violência, Poder e Segurança Pública (INViPS/CNPq) e coordenador local da Rede de Observatórios de Segurança Pública.

sível? Entre as explicações já construídas pela Sociologia, está aquela fundamentada na ideia de que, em linhas gerais, os grupos humanos conseguiram exercer algum controle sobre a violência até os estados nacionais se consolidarem como as atuais maneiras de organizar a sociedade. Como explicou Max Weber (2000), os estados nacionais se caracterizam, historicamente, como os resultados da ação de grupos administrativos que reclamam para si, com êxito, o monopólio da violência legítima. Tal sucesso, como demonstrou Norbert Elias (1993), em sua reflexão sobre o processo civilizador, foi fundamental para o controle e autocontrole das condutas sociais, gerando uma pacificação das sociedades como não foi possível observar em outros tempos.

Não obstante, como muito bem demonstrou Franz Fanon (2022), ao refletir sobre a experiência colonial, a civilização ocidental foi forjada pela violência dos colonizadores europeus, “civilizados”, contra as populações negras e indígenas desumanizadas. A violência da colonização afetou a estrutura social dos países ocupados e seus reflexos estão presentes de diferentes maneiras nas relações de poder entre diferentes raças, classes e gêneros. Parte-se do pressuposto de que os ecos desse processo ainda alcançam a vida social quando se observa as desigualdades no campo da segurança e justiça, com populações inteiras desprovidas do direito à vida, à segurança, à justiça e à sua autodeterminação. Em linhas, gerais esse é o tema desse artigo, que busca explicar como as facções criminosas afetam a vida social em territórios da periferia de Fortaleza.

A capital do estado brasileiro do Ceará, Fortaleza, é uma cidade que, segundo dados do Censo de 2022, possui uma população de 2.428.708 habitantes, distribuída em bairros com configurações socioeconômicas e problemas sociais muito distintos<sup>3</sup>. Entre os problemas, está a possibilidade

de morador conviver ou não com a presença de um grupo armado e reconhecido socialmente como uma facção criminosa (PAIVA, 2022; MATOS JÚNIOR e SANTIAGO NETO, 2022; BRICEÑO-LEÓN, BARREIRA e AQUINO, 2022). A elite e a classe média de Fortaleza organizam suas rotinas e circulações sem a preocupação de pessoas armadas lhe impondo ordens e limites. Tal privilégio não é possível em bairros marcados pela presença de grupos que estabelecem que, naquele lugar, “aqui quem manda é a facção” (PAIVA e PIRES, 2023; BARROS et. al., 2018; SIQUEIRA, NASCIMENTO e MORAES, 2022). Trata-se de uma experiência social distinta entre raças e classes que ocupam a cidade, com danos sociais, especialmente, para famílias que moram na periferia de Fortaleza. Estas precisam, diariamente, ajustar suas expectativas de vida para agirem e se relacionarem, entre outras coisas, considerando a presença da facção como entidade que exerce um controle armado do território.

Explora-se aqui a relação entre violência e cidade, tema substancialmente debatido pelas Ciências Sociais brasileira. Os trabalhos de Machado da Silva (2004) demonstraram como a dinâmica de práticas criminosas afetaram de maneira substantiva a vida das populações das periferias. Estudos importantes seguiram esses passos para evidenciar os efeitos sociais da violência na periferia, considerando a dinâmica de mercados ilegais e forças sociais tensionadas pela presença de grupos armados e controles territoriais impostos por eles (SANTOS, TREVAS e SIQUEIRA, 2023; RODRIGUES, 2022; GRILLO, 2019; BIRMAN e MACHADO, 2012; BEATO e ZILLI, 2012; FELTRAN, 2010). Estas dinâmicas se tornaram ainda mais complexas quando as facções se tornaram forças constituídas desde as prisões<sup>4</sup> até as periferias das grandes cidades brasileiras, transformando as realidades locais e impondo novos problemas para os territórios afetados (DIAS e PAIVA,

3 Araújo e Carleal (2003) fizeram importante discussão a partir dos dados do IBGE sobre como os bairros de Fortaleza retratam a desigualdade social na cidade.

4 Existe uma importante literatura sobre a estruturação das facções criminosas como esquemas de proteção e relações de poder no interior das prisões brasileiras (Cf. CANDOTTI, 2022; BARBOSA, 2020; BIONDI, 2018; DIAS, 2014; LOURENÇO e ALMEIDA, 2013).

2022; FELTRAN et. al., 2022; MATOS JÚNIOR, NETO e PIRES, 2022; PAIVA, 2018; MANSO e DIAS; 2018; MARQUES, 2010).

Para fins deste trabalho, o fenômeno das facções é abordado como algo que transborda a ideia de organização criminosa para pensar esses grupos como um fenômeno de massa capaz, em toda sua extensão, de construir relações de pertença, afeto e adesão a maneiras de fazer o crime em conjunto. Conforme destaca Paiva (2019, p. 170), a facção é “um coletivo constituído por associações, relacionamentos, aproximações, conflitos e distâncias necessárias entre pessoas comprometidas em fazer o crime, desenvolvendo relações afetivas profundas, laços sociais elaborados como os de família, e um sentimento de pertença desenvolvido pela crença em determinadas orientações políticas e éticas que a sustentam”.

Sobre a perspectiva metodológica que orientou os estudos que deram origem ao texto, convém salientar que todas as informações trabalhadas são resultadas de pesquisas qualitativas, em que as falas dos moradores a respeito da vida em seus territórios foram os componentes fundamentais para a construção desta reflexão. Ao considerar as falas dos moradores, buscou-se compreender o sentido de suas próprias interpretações, explorando as dimensões da experiência como trauma gerado pela violência que, como propõe Veena Das (2020), perturba o conhecimento do mundo vivido. Desta maneira, a violência protagonizada pelas facções nos territórios é compreendida em sua relação com a comunidade cujo testemunho ocupa lugar central para entender o fenômeno estudado.

Os resultados apresentados aqui, na forma de uma análise sustentada pela teoria social, se tornaram possíveis por meio de múltiplas investigações que envolveram conversações, grupos focais, entrevistas e coleta de informações secundárias em documentos, matérias de jornal e relatórios de pesquisa. Apesar da diversidade de materiais, o texto se

desdobra com base em uma análise compreensiva, buscando explicar como as pessoas interpretam a presença de grupos armados em sua vida cotidiana. A partir dessa questão central, desdobra-se o artigo em três momentos de discussão sobre: a) a presença dos grupos armados nas periferias urbanas de Fortaleza; b) o impacto econômico e cultural dos grupos reconhecidos como facções criminosas; e c) os ecos da violência desses grupos no cotidiano da Cidade.

Em suma, este trabalho pretende explicar como a presença de um grupo armado afeta moradores de periferias urbanas, impondo uma grande quantidade de problemas e riscos de vida. Observa-se que nesses territórios o estado fracassa em garantir o básico, oportunizando espaços para o advento de um poder arbitrário e com consequências negativas para segurança da população. Cria-se a partir disso uma questão social importante: *como é possível às populações das periferias organizarem suas vidas em uma sociedade tão cingida, desigual e injusta em razão da violência que as alcança?* Discute-se ainda como esse processo foi naturalizado e implica em uma gestão da vida conformada e resiliente à presença dos grupos armados, criando um domínio pela violência com impactos econômicos e culturais importantes. Conforme os dados coletados no trabalho de pesquisa, as facções são um fenômeno de massa e, conseqüentemente, seu alcance se transformou em algo difícil de mensurar. Então, as contribuições deste texto representam apenas um pequeno fragmento frente a uma realidade bem mais ampla e complexa.

### **A presença de grupos armados**

As populações das periferias de Fortaleza, historicamente, convivem com a presença de grupos armados (PIRES, 2018; PAIVA, 2014; BARREIRA, 2009; MATOS JÚNIOR, 2008; DIÓGENES, 1998). Outrora esses grupos se identificavam como gangues e depois quadrilhas de traficantes que, em geral, controlavam uma pequena parte de um território nas margens da cidade. Era comum você encontrar uma rua que era tratada como perigosa porque ali

residiam os traficantes daquele bairro. Pode-se afirmar que até o final dos anos de 2010 essa era uma realidade bastante comum e o problema central para segurança pública em todo Estado do Ceará. Os territórios e comunidades estavam divididas entre pequenos grupos que desenvolviam uma dinâmica local de conflitos armados, em muitos casos, na escala de um mesmo bairro.

Em geral, pessoas envolvidas com a prática de crimes controlavam um território e exerciam ali um mando circunscrito aos envolvidos com o grupo e uma pequena rede de pessoas ao redor. Era comum que dentro de um mesmo bairro ou entre bairros vizinhos, os grupos de cada território rivalizassem entre si. A origem dessa rivalidade, em diversos territórios, remetia ao período das gangues, quando grupos exibiam sua identidade com determinado território e isso sustentava uma cisma com as pessoas de outros territórios (BARREIRA, 1999; DIÓGENES, 1998). Muitos dessas cismas não tinham uma razão pragmática, mas circunstâncias territoriais e diferenças construídas pela inimizade imaginada entre quem mora numa área contra quem mora na outra. Em pesquisas anteriores, perseguiu-se sem sucesso a origem de algumas dessas rivalidades na região do Grande Bom Jardim sem que os moradores locais soubessem explicar exatamente como tudo começou (PAIVA, 2014). Algumas razões foram atribuídas a rixas entre famílias, desavenças entre vizinhanças, disputas pelo tráfico de drogas ou em razão da maneira como o espaço foi sendo ocupado. Poucas informações elucidavam ou ofereciam alguma justificativa para os desdobramentos violentos a posteriori. Em linhas gerais, os membros desses grupos eram pessoas descendentes de populações negras, indígenas e brancos pobres, com as mesmas convicções religiosas e visões de mundo.

Embora muitas rivalidades sejam anteriores

a organização de mercados ilegais de drogas, os finais dos anos de 1990 marcam uma intensificação do conflito em virtude das disputas pelo controle desses mercados na cidade. Embora drogas como cocaína e maconha cheguem até Fortaleza pelas mãos de um pequeno número de fornecedores<sup>5</sup>, existe uma rede de recepção, estoque, distribuição e comercialização bastante espalhada e numerosa por toda periferia. Apesar de não ser a origem de todas as rivalidades territoriais, é possível considerar o comércio ilegal de drogas como um elemento complicador dos conflitos entre grupos armados em Fortaleza. Outras rivalidades foram alimentadas, novas divisões territoriais criadas e antigos confrontos ampliados, sobretudo, em virtude da nova economia política da violência como meio de conquistar e consolidar posições no mercado ilegal de drogas<sup>6</sup>. Nessas relações, a violência se transformou em uma maneira de grupos conduzirem conflitos armados, estruturarem redes de proteção e criarem metodologias para organização do território como reduto a ser defendido dos inimigos.

Os traficantes da cidade precisaram encontrar meios de comercializar bens e serviços sem garantias estatais para seus negócios. Para alcance de seus interesses, pelo contrário, eles necessitaram lidar diariamente com as forças policiais em seu encalço e ameaça real de violência pelos seus inimigos. Desta maneira, restou a eles recorrerem à força física como meio de garantir a sustentabilidade do seu negócio, oferecendo ainda mais riscos e perigos aos seus adversários<sup>7</sup>. Ademais, além de se proteger dos adversários, foi preciso estabelecer controles para clientela, exigindo pagamentos, cobrando e tomando as providências necessárias para a manutenção do negócio. Vale ressaltar que os responsáveis pelas movimentações financeiras dos mercados ilegais não contaram com dispositivos não violentos de cobrança. Não dispunham de um serviço de proteção ao cré-

5 Segundo relatos de profissionais da área de segurança pública, existem na cidade grupos rivais que têm o mesmo fornecedor de drogas ilegais.

6 Misse (2007) demonstrou como as redes de mercados ilegais contribuíram para o processo de acumulação social da violência, na cidade do Rio de Janeiro, oferecendo referências importantes para eventos desse tipo em diferentes cidades brasileiras.

7 Estudos importantes em diferentes cidades brasileiras demonstram os funcionamentos desses mercados ilegais e sua relação com a violência (Cf. RODRIGUES et. al., 2022; BARROS e PIMENTA, 2022; HIRATA, 2022; DAUDELIN e RATTON, 2017; SILVA, 2004)

dito e transformaram a violência em um recurso importante da economia política do crime. A violência armada se tornou o meio de regulação das relações e sustentação das condições necessárias para o negócio. Exercer a força foi o recurso de traficantes que, em sua ação de dominação, enfrentaram os limites do próprio estado, exigindo da população, no mínimo, o seu silêncio diante das suas práticas. Para isso, as armas de fogo se transformaram em um elemento importante para gerenciar relações entre envolvidos, adversários, fornecedores, clientes e população residente nos territórios de atuação do tráfico.

Como acontece em outras cidades brasileiras, o tráfico em Fortaleza centraliza certos esquemas nos territórios de periferia onde estão estoques e são realizados certas rotinas de recepção, distribuição e comercialização. Controlar o território faz parte da dinâmica do mercado ilegal de drogas e a presença de traficantes armados se tornou algo comum para moradores das periferias urbanas de Fortaleza. Sendo assim, as populações das periferias passaram a conviver com as dinâmicas do tráfico e seu regime de acertos de contas por meio da violência. Isso gerou, por exemplo, números significativos de homicídios nas periferias<sup>8</sup>, resultados de uma violência presente no dia a dia de quem vive em territórios de atuação consistente das quadrilhas de traficantes. Mortes decorrentes da invasão de um grupo rival, outras por razões de dívidas e várias por traições e desavenças entre os próprios traficantes da área. No início da década de 2010, Fortaleza era uma cidade cingida por guerras entre diferentes grupos de traficantes identificados pelo seu controle de um pequeno território dentro de um bairro.

Embora fosse possível falar de mortes de pessoas não envolvidas com práticas criminosas, não consiste em erro afirmar a existência de um equilíbrio entre a gestão do crime e a vida cotidiana das pessoas não envolvidas na prática das quadrilhas de

traficantes. Existiam, por exemplo, lideranças comunitárias com poder de apaziguar relações, garantir a circulação de pessoas e até negociar certos períodos de paz para determinados eventos importantes para comunidade. A vida comunitária não estava regida, em sua integralidade, pela presença de um grupo armado na comunidade e a própria ideia de grupo não parecia tão bem formulada. Era mais comum que as pessoas atribuíssem o poder a um traficante que, obviamente, coordenava as ações de um grupo de pessoas submetidas ao seu mando.

Nesse esquema, existiam espaços e alguma liberdade, embora fronteiras territoriais estivessem demarcadas, separando comunidades entre si e alimentando rivalidades para além dos envolvidos nas práticas de crimes. Assim, era possível ver grupos de jovens que rivalizavam com outros de uma comunidade diferente mesmo sem envolvimento efetivo com qualquer atividade criminosa. Intrigas e inimizades eram elementos fomentados e que ultrapassavam as próprias dinâmicas criminais existentes em uma comunidade, criando uma ideia cristalizada de territórios separados. Então, jovens da comunidade A não interagiam ou circulavam na comunidade B. Até mesmo entre lideranças comunitárias essas fronteiras eram discerníveis, existindo dentro de um mesmo bairro diferentes lideranças associadas aos territórios demarcados. Desta maneira, é possível afirmar que as quadrilhas de traficantes, em alguma medida, mais replicaram o fenômeno territorial existente do que criaram suas próprias divisões. Embora, obviamente, a intensificação das disputas pelos mercados ilegais tenha gerado outros efeitos no processo de divisão das comunidades.

O contexto apresentado se altera de maneira muito significativa com a ascensão das facções em Fortaleza a partir de meados dos anos de 2010. O primeiro impacto se dá na lógica de incorporação do sujeito ao grupo, pois anteriormente o território orga-

<sup>8</sup> Um bom retrato geral do cenário de homicídios em Fortaleza pode ser visto nos mapeamentos realizados pelo Comitê de Prevenção e Combate à Violência (CPCV) da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Todos os materiais produzidos pelo Comitê podem ser acessados em seu site <https://cadavidaimporta.com.br>.

nizava a identidade dos envolvidos e sua pertença ao coletivo. Neste novo contexto, a identidade de grupo, a identidade coletiva, se impõe e o sujeito não é mais o traficante do território. Ele parte de um todo que existe para além do território, com uma extensão e escala completamente nova para os envolvidos em atividade criminais no Ceará. O traficante do bairro que administrava sua rivalidade com o vizinho passou, em sua atuação no tempo e espaço, a ser parte de um grupo cuja atuação envolve compromissos nacionais e internacionais. Sua atuação, em grande medida voluntariosa, passou a compor uma rede estruturada por meio de regras de conduta e expectativas quanto a lealdade de cada um a princípios coletivos que compõem uma espécie de comunidade política e moral<sup>9</sup>.

As facções no Ceará criaram uma economia política da violência, reestruturando os mercados ilegais de drogas e armas, estruturando outra configuração dos conflitos sociais entre grupos rivais. Essa nova configuração afetou toda periferia de Fortaleza ao gerar uma nova escalada de violências para acomodação de forças em processos de consolidação de outras maneiras de fazer o crime na cidade. Em seguida, trata-se desse processo para entender como isso alterou a relação entre populações das periferias e a presença desses grupos armados.

### O impacto econômico e cultural das facções

O processo de reterritorialização gerado pelas facções é uma ótima forma de começar a discussão a respeito do impacto econômico e cultural desses grupos na vida das pessoas residentes nas periferias de Fortaleza. Até o ano de 2016, Fortaleza era uma cidade com guerras territoriais entre diferentes grupos de traficantes em todas as suas periferias (PAIVA, 2014; BARREIRA, 2009; MATOS JÚNIOR, 2008). Não há como se demorar na explicação de casos, mas essa informação é importante

porque as facções vão criar um problema para todas as guerras internas, qual seja a unificação de grupos locais a um coletivo que atua além do território. Não por acaso, quando, em 2016, surge os Guardiões do Estado (GDE) – a primeira facção local do estado do Ceará com uma envergadura robusta –, umas das primeiras ações para consolidar a facção é o apaziguamento de determinadas guerras internas, realizando um processo de “pacificação” nos territórios (BARROS et. al. 2018). Nos primeiros meses de 2016, a ação pareceu bem-sucedida, com o número de homicídios em queda e as pessoas falando, em bairros divididos pelos conflitos armados entre traficantes locais, que agora está “tudo em paz” e todos podem circular pelas diferentes comunidades que outrora eram proibidas.

O problema no estado do Ceará foi a configuração entre diferentes facções atuando conjuntamente. A GDE nunca esteve sozinha no movimento de organização das forças locais envolvidas na prática de crime. O grupo cearense foi constituído em meio a um arranjo de força entre outros grupos que se movimentavam no estado do Ceará e ocupavam posições importantes na configuração do crime na capital e no interior. Assim, ao ser criada, a GDE desde o início conviveu com a presença do Primeiro Comando da Capital (PCC), do Comando vermelho (CV) e da Família do Norte (FDN). Precisou ainda lidar com a existência de forças dissidentes em territórios que preferiam assumir, no primeiro momento, uma postura de “neutralidade”, identificando-se como Neutros ou Massa Carcerária (TDN)<sup>10</sup>. Essa configuração criou um cenário extremamente problemático, pois a facção representava uma nova maneira de fazer o crime em relação às práticas adotadas por grupos locais antes de 2016. Desta maneira, alianças e conflitualidades passaram a se desenvolver em razão da dinâmica dos grupos e sua capacidade de atuação em larga escala por todo território cearense.

<sup>9</sup> Pesquisas demonstraram como as facções são constituídas em torno de ideias de proteção, lealdade e “proceder”, exigindo de cada um de seus membros respeito aos códigos de conduta compartilhados (Cf. BIONDI, 2018; FELTRAN, 2018; DIAS, 2014; MARQUES, 2010).

<sup>10</sup> Embora, a Massa Carcerária ou Tudo Neutro (TDN) se tornasse uma facção inimiga da GDE, em 2023, no primeiro momento, não parecia ser o caso, representando mais uma identificação que aglutinava forças difusas e não uma organização em si.

rense, implicando criminosos locais em esquemas e conflitos nacionais.

A reterritorialização dos conflitos armados, no Ceará, gerou uma escalada significativa da violência após um período de acomodação das forças. Em meados de 2016, iniciou-se uma série de chacinas com demonstrações de força entre os grupos que passaram a disputar o controle dos territórios, a hegemonia dos mercados ilegais, o domínio das prisões e o poder de mando em diferentes atividades criminais em curso na capital e no interior do Estado. Em 2017, praticamente não existiam mais grupos locais e os territórios agora eram objeto de domínio das facções, com uma rivalidade importante entre os integrantes da GDE e do CV. O PCC passou a ocupar uma posição estratégica nesse tabuleiro, aparecendo como uma força aliada da GDE, enquanto a FDN passou a enfraquecer de maneira considerável do contexto cearense. A guerra dispersa entre diferentes quadrilhas de traficantes identificados pelo controle de um pequeno território cedeu espaço para uma guerra entre facções. E foram estas facções que criaram domínios em territórios de praticamente todos os municípios cearenses, transformando o Estado em um campo de batalha no qual suas periferias foram ocupadas de maneira significativa (PAIVA, 2022).

A partir de 2018, é possível afirmar que GDE ou CV se tornaram grupos com controle territorial consolidado nas periferias de Fortaleza, zona metropolitana e interior do Estado. Isso gerou mudanças importantes, também, na forma de envolvimento entre pessoas comprometidas com esquemas criminais e nos conflitos entre elas. Na dinâmica anterior às facções, a identidade do envolvido, mesmo sendo parte de uma quadrilha específica, era fortemente marcada pela ideia de o grupo ser um grupo daquele território, daquele local da cidade. O território tinha uma certa prerrogativa na maneira como a pessoa envolvida se compreendia como um criminoso “daquela área”, daquele lugar. Após a ascensão das facções,

um integrante da GDE é um integrante do grupo independentemente do seu território. É verdade que existem, na GDE, “tropas” que são identificadas com o território, mas isso é mais um acessório do que algo central como era antes. O envolvido pode ser da Tropa da Comunidade X, mas antes de tudo ele é integrante da GDE em qualquer lugar. Seu conflito não está mais circunscrito aos limites de outrora, em uma disputa com traficantes de territórios vizinhos. Ele está envolvido em um conflito de grande escala cuja repercussão alcança, inclusive, outros estados brasileiros. O conflito circunscrito ao bairro agora se espalhou e ele pode alcançar o integrante do grupo em diferentes territórios.

A maior integração entre pessoas envolvidas nas práticas de crimes por meio das ações de facções, também, possibilitou esquemas maiores, com repercussões em escalas diferentes das quadrilhas que atuavam de maneira mais difusa. Observou-se ampla movimentação e intercâmbios entre traficantes locais e de outros estados, com troca de experiências e saberes sobre atividades criminais. As prisões como espaços privilegiados nos quais as facções surgiram, continuaram como território estratégico de articulação e decisão das atividades criminais, além de um espaço que promove adesão em massa dos privados de liberdade ao modelo de atuação da facção<sup>11</sup>. No início da ascensão das facções no Ceará, surgiram mensagens de presos de dentro das prisões se auto-denominando como “massa carcerária”, ou seja, pessoas que desejam se manter “neutras” em um espaço social que aos poucos foi controlado por facções em sua integralidade. Nos anos seguintes, a Massa se estruturou e, também, passou a ser compreendida e reconhecida como uma facção, agregando dissidentes de outros grupos e os enfrentando nos territórios.

Após a consolidação do esquema de facções no Ceará, tornou-se mais difícil atuar em atividades criminais fora do abrigo de um grupo, sobretudo, pela extensão dos domínios territoriais que estabeleceram

<sup>11</sup> Os estudos de Nascimento e Siqueira (2022) retratam a dinâmica das facções no interior do sistema penal cearense, explorando ainda as conexões entre as prisões e periferias.

no Ceará. Como observado anteriormente, a facção não é apenas um grupo de pessoas que comete crimes, mas uma comunidade política e moral que oferece proteção e acessos a possibilidades difíceis para quem está fora do esquema. Aos poucos, as forças locais foram se acomodando, mas a intensificação do conflito entre GDE e CV não permitiu uma diminuição da violência. Desta maneira, no ano de 2017, o Ceará alcançou o recorde de homicídios, registrando 5.134 ocorrências. A recorrência de chacinas despertou atenção, com oito eventos desse tipo registrados em um espaço de um ano, além de centenas de duplos e triplos homicídios. Em diversos casos, a presença de armas de fogo de grosso calibre, em ações com dois ou três veículos transportando atiradores, foi um fato que revelou como as facções escalaram a violência por meio do investimento em arsenais próprios. A maior parte dos crimes no período das quadrilhas de traficantes aconteciam em motos, com um motoqueiro guiando e uma garupa com uma pistola realizando o assassinato de um alvo no território rival. Após ascensão das facções, os automóveis se tornaram os meios para viabilizar as ações armadas. Tal fato gerou a obrigatoriedade de qualquer motorista, ao adentrar em territórios dominados por facções, abaixar o vidro sob risco de serem baleados caso não respeitassem a ordem.

Convém salientar ainda que a escalada do conflito armado gerou uma nova rede de oportunidades, com o mercado de armas ativo e negócios relacionados a comercialização, produção e conserto de armas. O mercado aquecido trouxe para o Ceará novos equipamentos, produzindo uma mudança qualitativa no armamento, com armas de grosso calibre circulando nos territórios em grande quantidade. Ações violentas ocorrendo graças a esse armamento em vias públicas e contra alvos em carros blindados, com cada grupo buscando demonstrar ao outro maior poder de fogo. Isso foi essencial para o controle do território, pois essa nova configuração do conflito ar-

mado entre pessoas envolvidas em atividades criminosas exigiu aquisição importante de armamentos.

O mercado ilegal de drogas também se transformou, em um processo de transição de negociações em um varejo difuso para esquemas mais articulados e conectados as redes transnacionais do CV e do PCC (MELO e PAIVA, 2022). O Ceará passou a ocupar uma posição estratégica, com as facções movimentando o mercado interno como as quadrilhas de traficantes faziam, mas com os traficantes locais também, aprimorando sua participação em negócios de maior escala. É possível afirmar que grandes quantidades de drogas entraram e saíram do Ceará em múltiplas movimentações, envolvendo nomes importantes do CV e do PCC, inclusive com casos de repercussão nacional como a morte de Gegê do Mangue<sup>12</sup> no município de Aquiraz. A consolidação do esquema de facções foi fundamental para incorporação do Ceará como uma rota lucrativa do tráfico de drogas, eliminando dificuldades decorrentes da pulverização de quadrilhas e viabilizando negociações locais em razão da adesão aos grupos nacionais, gerando maior lucratividade para os esquemas de receptação, comércio e distribuição de drogas ilegais.

O controle de territórios no interior, zona metropolitana e na capital permitiram melhor circulação das mercadorias ilegais, com múltiplos pontos de apoio e criminosos articulados e capacitados para gerir atividades criminosas em grande escala. Assim, as facções se tornaram um fenômeno de massa com significativa capacidade financeira. Ao dispor de capital econômico significativo, as facções envolvem pessoas tanto na gerência de recursos financeiros quanto na realização de missões por diferentes remunerações. Em linhas gerais, essa capacidade econômica promoveu a ideia de que a facção é uma opção de vida para pessoas interessadas em fazer “uma caminhada no crime”. A maior parte das pessoas que participam de uma facção não irão ficar ricas e muito

12 Conforme matérias de Costa e Adorno (2023), Gegê do Mangue era um dos responsáveis pelos esquemas internacionais de tráfico de drogas do PCC e coordenava negócios que envolviam esquemas transnacionais de drogas desde Bolívia, passando pelo Ceará rumo a outros destinos internacionais. Sua morte causou rupturas e um conflito interno no PCC.

menos terão acesso a posições de poder. Contudo, mesmo com todos os riscos, pessoas escolheram se juntar a uma facção acreditando fazer algo “vantajoso” para suas vidas, ainda que isso implique ela considerar a prisão e a morte como um destino possível para si.

A maior parte dos recursos econômicos de uma facção não está nos territórios controlados das periferias, mas o domínio do território é gerencialmente necessário para fazer girar o capital do grupo. O que chega até as comunidades são valores menores. Contudo, ainda assim, capazes de fazer a diferença na vida de algumas pessoas. Em diálogo com jovens que faziam Saraus pela periferia de Fortaleza, eles explicaram de maneira bem simples o problema. “Estamos aqui, fazendo o Sarau e o cara está com a gente curtindo. Daí, ele chega e diz: ‘mano tenho que ir ali fazer meu corre’. Não é nada de muito dinheiro não, mas é as vezes 200 e 400 reais numa noite de sábado que ele não tem como ganhar de outro jeito”. A maior parte dos jovens envolvidos em facções, conforme sua própria interpretação dos fatos, irá desfrutar de muito pouco, sendo possível ser preso muito cedo, ainda na primeira ação. Mesmo, as facções alcançam êxito em angariar “soldados” para suas frentes, pois precisam de muito pouco para convencer alguém da possibilidade real de fazer algum dinheiro em uma noite de sábado.

Entre os principais efeitos da facção está a constituição de um imaginário social no qual a prática de crimes ocupa uma centralidade e se torna referência para projetos de vida associados a esses grupos armados. Jovens de 13, 14 e 15 anos falam abertamente das facções em seus bairros e de como os grupos oferecem oportunidades para acessar recurso por meio dos “corres” que, entre outras coisas, garantem uma possibilidade de ganhos inacessíveis para eles nessa idade. A própria socialização passou a ser marcada por essa possibilidade de realizar

missões e estar integrado a um grupo, garantindo a determinados jovens um reconhecimento difícil de adquirir por outros meios. É possível observar ideias difundidas de uma vida no crime como algo positivo em redes sociais, com meninos e meninas falando abertamente do seu engajamento com umas das facções atuantes no Ceará. Falam de como essa vida, repleta de perigos, é emocionante e permite a eles gozar do acesso a armas de fogo, drogas, festas e relações decorrentes do reconhecimento de suas ações como “membros do crime”<sup>13</sup>.

A construção social do outro como um inimigo que precisa ser eliminado, física e moralmente, é mais um elemento importante na luta entre facções. Tornou-se bastante difundido, entre os integrantes de uma facção, a ideia dos outros representarem uma espécie de “bandido” a ser eliminado. Os outros são os “cruéis”, “bandidos desleais” e não respeitam a comunidade, “fazendo maldade como os moradores”. Os inimigos são sempre os que fazem uma “covardia”, pois não gozam do mesmo “proceder” da facção defendida como a “boa” pelos seus próprios integrantes. Cada membro de uma das facções proclama o seu grupo como “aquele que protege o cidadão” e não “faz covardia com a comunidade”. Em um dos cânticos da GDE, acessível na mais popular plataforma de vídeo da Internet, o MC diz que se “está tudo 7 [745], tá lindo”. A letra ainda faz referência ao fato de que em um determinado território de Fortaleza, o “CVCU não brota”<sup>14</sup>. A única imagem do vídeo, é uma criança com uma chupeta branca, fazendo o sinal da GDE com os dedos.

As redes sociais foram fundamentais para difusão do imaginário social construído pelas facções ao longo do seu processo de domínio territorial. O vídeo comentado anteriormente tinha, no início de março de 2024, 295 mil visualizações e 5,1 mil curtidas. Durante as investigações realizadas no âmbito do Laboratório de Estudos da Violência (LEV), foi

13 Sá (2011) fez uma importante reflexão sobre como jovens vivenciam a experiência de buscar “consideração” como os “bichões da favela” em relações que envolvem lutas por poder e violência.

14 O vídeo pode ser acessado no YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=yNVYgDYPw7o>. Acesso em 02 mar. 2024.

possível encontrar, na rede social Facebook, ameaças abertas, com pessoas sendo “decretadas” e suas imagens expostas, publicamente. Outras ferramentas como grupos de Whatsapp e Telegram foram fundamentais para o sucesso de ações mobilizadas pelas facções e difusão dos seus ideais. Ademais, os grupos de mensageiros foram usados como meio de dar visibilidade a ações de assassinato, com demonstrações de crueldade em episódios de pessoas filmadas e torturadas até a morte. São imagens de violências extremas, em diversos casos envolvendo mulheres. As vítimas são humilhadas, em muitos casos obrigadas a admitir seus crimes e expor seu arrependimento por não ter servido a facção cujos membros agora decidem sobre sua vida e morte. As filmagens acessadas, no período de pesquisa, mostraram os protagonistas do crime rindo e agindo como se a vida do outro não lhes importasse, muito menos a dor que estão sentindo. Talvez, acreditem que os torturados fossem capazes do mesmo tipo de violência caso tivessem oportunidade.

Outro elemento importante para o imaginário construído pelas facções consiste nas demonstrações de “ostentação”. Essas demonstrações buscam retratar uma boa vida, repleta de conquistas, mulheres objetificadas, acesso a armas e muito dinheiro. Tudo isso em um mundo repleto de parceiros que promovem a proteção e a violência contra os inimigos. A ostentação se tornou uma maneira de dar forma a um sistema simbólico repleto de imagens de conquistas que, aos poucos, consolidou a expectativa em torno de um estilo de vida próprio das facções. Esse sistema simbólico fundamenta um apelo social que, independentemente do seu valor moral, funciona e fomenta a existência desses grupos como um fenômeno de massa<sup>15</sup>. Nas músicas das facções, é comum que, em determinado momento, pessoas sejam citadas e seus feitos louvados como se servissem de referência para todo grupo. Essa individuação do reconhecimento, apesar do compromisso coletivo, é um elemento importante, pois ao ostentar feitos e conquistas de um

integrante, a facção reforça a importância de cada membro, valorizando sua competência e capacidade como meio de angariar conquistas dentro do grupo. São usados ainda elementos como “os meninos estão pesados” e “as meninas são psicopatas” para exaltar as disposições para crimes violentos, fazendo uso de armas e enfrentando as missões mais difíceis em um cenário de “guerra muito louca” entre as facções.

Fazer a vida na facção é ir vencendo desafios, tornando-se cada vez mais relevante e importante para o coletivo. Matar pessoas consideradas inimigas é um elemento importante cujo valor como conquista depende da importância do morto para o outro grupo. A importância de cometer crimes de assassinatos evidencia, em boa medida, a maneira como a dinâmica do crime mudou a partir das facções, no Ceará. Ao valorizar a capacidade de um indivíduo matar como elemento de prestígio na facção, os grupos incentivaram esse tipo de prática criminosa, motivando jovens para execução dessa atividade extremamente violenta. Isso mudou o cenário, inclusive, no sistema socioeducativo, com jovens aderindo às facções e envolvidos em rivalidades que estruturam suas relações de amizade e inimizade seja em seus territórios ou nas instituições de privação da sua liberdade. Assim como passaram a protagonizar crimes de assassinato, eles próprios se transformaram, muito cedo, em alvos dos grupos rivais.

É importante destacar que, em diferentes graus, existe um custo simbólico, emocional e afetivo daqueles que estão unidos pelo laço de uma facção (NUNES e BARROS, 2022). Entrar em uma facção é se tornar alvo das outras, pois assim como indivíduos do seu grupo são mobilizados para encarar o outro como inimigo “matável”, os membros do outro também seguem a mesma lógica. Durante a pesquisa, ouviu-se histórias de jovens com histórico de ameaças e vítimas de tentativas de homicídio. Eles estão implicados em circuitos de vingança que, pelo menos desde a ascensão das facções, colocam

15 Sousa (2019) discutiu a dinâmica de associação e estilo de vida de jovens envolvidos na prática de crimes em Fortaleza.

sua vida em risco diariamente. Muitos dos jovens envolvidos, nas tramas das facções, são presos ou mortos ainda em sua primeira ação ou logo após poucas atividades realizadas. Ao entrar em uma facção, o jovem tem a sua vida inteira transformada, pois mesmo sendo um subalterno na estrutura do grupo, ele assume a responsabilidade, o compromisso e todo o custo que isso representa. A escalada da violência levou a outros danos na vida desses jovens e das comunidades afetadas pelas ações de facções.

### Efeitos da violência na comunidade

É possível que determinada pessoa de uma comunidade nunca se envolva com qualquer atividade ilícita ou mesmo tenha contato direto com pessoas de uma facção. Não obstante, é possível que um pai, um filho, um irmão, um primo ou outro parente o faça. Às vezes, é um amigo, um vizinho ou outras pessoas com qual se tem algum vínculo afetivo. Ao longo da pesquisa, foi possível ouvir testemunhos pessoas que, em toda sua vida, nunca tiveram qualquer envolvimento direto com uma facção. Contudo, alguém do seu convívio ou família teria tido um envolvimento efetivo com uma facção e, por essa razão, houve consequências mesmo para essas pessoas não envolvidas. Desta maneira, a investigação encontrou histórias de pessoas que, afetadas pelo envolvimento de outras, precisaram abandonar suas casas, se mudar para outros territórios e efetivamente fugir do alcance de uma determinada facção. Convém ressaltar ainda que, de acordo com testemunhos escutados, ameaças aconteceram apenas pela suspeita de que aquela família tenha um tipo de vínculo com integrantes de outra facção, mesmo quando isso parece algo distante ou frágil.

Este tipo controle das facções sob as comunidades afetou ainda políticas de estado, como é o caso da política de moradia. Existem denúncias na Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPCE), programas de proteção a vítimas de violência e secretarias de governo a respeito de moradores que, no âmbito de programas governamentais como Minha

Casa Minha Vida, receberam unidades habitacionais e não puderam acessar o imóvel. Nas escutas feitas sobre essa situação, moradores relataram que ao receber o imóvel, quase imediatamente ou mesmo imediatamente, foram recebidos por alguém no território o qual os informou que não poderiam ficar ali. A insistência no contrário poderia gerar desde agressões até o assassinato da pessoa que contrariou as ordens da facção. Uma situação geradora de traumas e dificuldades significativas, pois moradores relataram o sentimento de impotência, sendo informados até por agentes de estado das impossibilidades de proteção caso permanecessem no imóvel. Procedimentos como denunciar as ameaça às forças policiais poderiam, na visão dos interlocutores, gerar mais violência, pois não existiam garantias após a intervenção policial se cumprir. Mesmo a prisão de quem fez a ameaça não garantiria que, pouco tempo depois, outro membro da facção cumprisse a missão. Para os moradores entrevistados, a ameaça era um risco incontornável em função de ser o desdobramento da ordem do grupo e não apenas de um ou outro integrante. Isso tornava extremamente difícil, na visão deles, o trabalho de proteção social das pessoas ameaçadas.

A intensificação da violência pelas facções ajudou a fazer prosperar sentimentos de insegurança e medo. Os assassinatos passaram a ser considerados como possibilidades próximas mesmo de moradores sem vínculos, envolvimento ou qualquer relação com atividades criminosas e de interesse de uma determinada facção. Em relação a isso, a Chacina das Cajazeiras ilustrou de maneira contundente a forma pela qual a vida dos moradores das periferias cearenses passou a ser afetada pela violência em curso (PAIVA, BARROS e CAVALCANTE, 2018). No dia 27 de janeiro de 2018, após o ano de 2017 com 5.433 homicídios, durante a madrugada, um grupo ligado a GDE invadiu o Forró do Gago, no bairro das Cajazeiras. O território era considerado domínio do CV e FDN, com várias inscrições em muros de casas na área fazendo menção ao controle das facções men-

cionadas. Os membros da GDE chegaram em três veículos e ao saírem dos automóveis gritaram umas das palavras de ordem do grupo: “Aqui é tudo três”.

Logo na entrada da festa, os criminosos mataram um vendedor e feriram seu filho de apenas 12 anos. Outro jovem de 19 anos foi morto enquanto comprava um lanche do lado de fora de onde acontecia o forró. Um motorista de UBER de 25 anos foi morto enquanto deixava um passageiro. Uma mulher de 37 anos foi baleada enquanto passava pela rua. Outro homem de 48 anos foi morto enquanto bebia uma cerveja na rua. Ademais, a ocorrência chamou muito atenção porque a maioria das pessoas mortas eram mulheres, oito no total, sendo que uma delas estava grávida de dois meses. Ao final da ocorrência, foram quatorze pessoas mortas e cerca de dez feridas. Sendo uma das maiores chacinas do Ceará, o fato despertou atenção pela aleatoriedade das pessoas mortas, com nenhuma das vítimas sendo considerada um alvo que pudesse justificar, como em outras ocorrências, a violência empregada no acontecimento. Conforme depoimento de uma sobrevivente publicado no Portal G1:

“Não citaram nome de ninguém, foram atirando pra tudo quanto era lado, sem querer saber se era criança que tava na calçada, foi total terror. Até as crianças foram ameaçadas por eles. Não foi só no Forró do Gago que eles chegaram amedrontando todo mundo, foi no bairro todo, andaram rua por rua atirando sem rumo”, conta a mulher. (FREITAS, 2018).

Existem vários elementos importantes nesse depoimento. Em primeiro lugar, o acontecimento marcou uma inflexão na forma como era possível imaginar o conflito entre facções, criando uma ideia de que não havia mais regras a serem observadas pelos envolvidos cujo objetivo seria diminuir o impacto de sua ação contra pessoas não envolvidas. Acreditou-se nisso, entre outros motivos, em razão da aleatoriedade da ação. Em 2017, outras chacinas foram observadas, contudo, existia alguma lógica nesses acontecimentos porque, embora existam vítimas inocentes, há um alvo ou alvos com algumas mortes orbitando a partir deles (PAIVA, BARROS

e CAVALCANTE, 2018). Na Chacina das Cajazeiras, esse alvo ou alvos aparentemente não existiam, sendo o território considerado inimigo e as pessoas ali passíveis de serem mortas entre tiros disparados “para tudo quanto era lado”. Emergiu então uma nova sensação de perigo em virtude da ideia de que, em alguma medida, uma facção pudesse agir sem o propósito de matar um inimigo, mas contra todas as pessoas que, porventura, vivessem em um território considerado inimigo.

Em segundo lugar, outro elemento importante a ser analisado foi o dano moral sofrido pela GDE. Na luta simbólica pelo reconhecimento de quem é a facção que atua “pelo certo”, protegendo o morador e evitando atuar com covardia, a GDE sofreu prejuízos consideráveis à sua imagem depois da Chacina das Cajazeiras. Logo após a Chacina, ao ser acusada de cometer um ato covarde contra moradores inocentes do bairro das Cajazeiras, a GDE imputou ao forró do Gago a acusação de ser um local onde o CV e FDN faziam festas e incitavam a violência contra os territórios da GDE. Um vídeo chegou a ser compartilhado em grupos de WhatsApp, com imagens de pessoas, supostamente no Forró do Gago, manifestando o seu apoio ao CV e incitando a violência contra os membros da GDE. Não obstante, os esforços da GDE não obtiveram sucesso nem mesmo internamente, com rupturas e conflitos entre membros e subdivisões do próprio grupo que reconheceram o extremismo e aleatoriedade do ato.

Em geral, as chacinas são celebradas pelo grupo quando os alvos alcançados representam pessoas com papel e posição importante no grupo rival, sendo celebrados como grandes vitórias em razão dos estragos causados ao outro grupo. Na Chacina das Cajazeiras, a morte de uma dessas figuras importantes não estava evidente, pairando sob a GDE a imagem de um grupo que não respeitava o morador e a comunidade, sendo cruel ao ponto de matar pessoas inocentes, inclusive mulheres e crianças, em atos de “verdadeira covardia”. Após esses aconteci-

mentos, profissionais da área de segurança pública e justiça, ouvidos durante a pesquisa, relataram que a GDE se tornou o grupo mais violento e cruel do Estado, superando todos os outros na promoção da violência contra seus inimigos. Em várias mensagens analisadas, observou-se que, após o acontecimento nas Cajazeiras, o CV conclamou moradores a lhes apoiar contra a violência e crueldade perpetradas pela GDE, incentivando que seus inimigos sejam delatados e suas localizações repassadas para serem efetivamente eliminados.

Após a Chacina das Cajazeiras, vídeos do CV e até da Massa Carcerária surgiram afirmando que a ação da GDE não ficaria impune, ressaltando o ato como “covardia”, sobretudo, em razão das mortes de mulheres. A situação ficou ainda mais difícil para a GDE em função da repercussão e ações do Estado para a prisão das suas principais lideranças, consideradas como as principais responsáveis pelos assassinatos. As disputas nos territórios se intensificaram e o receio de uma ação tão extremista quanto a da GDE se tornou evidente. A Chacina das Cajazeiras, em boa medida, perturbou a ideia de que não envolvidos poderiam se manter protegidos em razão da existência de certas regras cujos objetivos seriam, entre outras coisas, orientar os faccionados para atuar contra outros criminosos e não pessoas inocentes. Contudo, essa suposta regra já havia sofrido alguns desgastes em razão de eventos de perseguição e ameaça contra pessoas não envolvidas. Isso aconteceu, em determinados casos, apenas por alguma mínima resistência ou contrariedade ao domínio crescente das facções nas periferias. Imposições ao trabalho de lideranças comunitárias são exemplos desse processo.

Neste momento, é preciso recuar no tempo para entender a reflexão a seguir. No ano de 2006, pesquisadores da área de violência encontravam resistências significativas ao visitar bairros de Fortaleza e conversar com lideranças comunitárias con-

trariadas pela ideia de que seus territórios seriam lugares reconhecidos como “violentos”. Segundo lideranças comunitárias de Fortaleza daquela época, a violência nos territórios estava ligada a dinâmicas criminais compartilhadas entre integrantes de quadrilhas de traficantes e isso não retratava a comunidade. O território tinha sua dinâmica e era seguro para maioria das pessoas desde que elas não tivessem envolvimento nenhum com o crime. As lideranças e organizações não governamentais realizavam seus trabalhos, com circulações relativamente tranquilas dentro do território, enfrentando poucas ou nenhuma importunação de traficantes locais que faziam seus trabalhos e guerras sem provocar grandes estragos no tecido social comunitário.

A partir da ascensão de facções, a dinâmica local mudou e lideranças comunitárias entrevistadas relataram que não é possível circular ou realizar atividades como outrora. As facções passaram a exercer o mando e exigir das lideranças comunitárias certa deferência às suas ordens, organizando e interferindo de maneira significativa na dinâmica social do território. Políticas públicas de moradia passaram a sofrer com a interferência de faccionados que, em territórios visitados, chegaram a controlar a possibilidade de determinada família ocupar ou não determinada unidade habitacional concedida a ela por meio de programas de governo. A resistência de determinadas lideranças resultou em ameaças, criando situações como a inclusão dessas lideranças em programas governamentais de proteção a testemunhas e vítimas de violência<sup>16</sup>. Aos poucos, a política comunitária feita por lideranças passou a ser transformada por regulações impostas e se não desapareceu foi por mérito e capacidade de determinadas pessoas e grupos que se adaptaram a uma conjuntura hostil em razão da violência promovida pelas facções.

Entre os eventos que evidenciaram as transformações produzidas pelas facções, mesmo com todas as inconclusões que pairam sobre o aconteci-

<sup>16</sup> É possível encontrar dinâmicas desse tipo no âmbito do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Estado do Ceará regulamentado pelo Decreto Estadual nº 31.059 de 22 de novembro de 2022.

mento, está o assassinato da líder comunitária Cristina Poeta. Ela foi atingida com tiros a queima roupa em uma parada de ônibus no bairro Genibaú, no dia 10 de novembro de 2017. Ela ainda foi socorrida e resistiu por quase um mês apesar da gravidade dos ferimentos, vindo a óbito no dia 05 de dezembro do mesmo ano. Não existem muitas informações disponíveis sobre o crime, mas na época do crime o rumor foi de que o assassinato teria sido ordenado por traficantes da área, levantando a suspeita de uma retaliação da facção que controlava o território. O caso provocou comoção e gerou a percepção de que a proteção social das lideranças comunitárias de outros tempos, em virtude da ação de facções, parecia debilitada e exigia novos comportamentos. Isto pode ser observado em ações como as desenvolvidas por grupos como o Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa (CDVHS), a Cruz Vermelha Brasileira, o Fórum Popular de Segurança Pública (FPSP/CE) e o Comitê de Prevenção (CPCV) e combate à Violência cujos trabalhos, entre outros objetivos, buscam ajudar as lideranças a entender os problemas de segurança pública e criar protocolos para garantia de sua segurança<sup>17</sup>.

Em uma ação inédita do CDVHS, foi criada uma sala de situação para pensar os problemas de segurança pública e ações governamentais desenvolvidos pelo governo do Estado do Ceará. A Cruz Vermelha, também, trouxe sua expertise em discussões sobre espaços seguros nos territórios, agregando a grupos como o CPCV e o FPSP/CE para pensar como superar os desafios impostos pelas rotinas de dor, criminalidade e violência desenvolvidas contra as populações das periferias. A simples presença desses grupos e suas articulações junto ao movimento popular evidenciam as transformações no imaginário social, demonstrando a importância da pauta de segurança pública como um problema central para ações estatais, visando a garantia de direitos das populações das periferias cearenses. Desta maneira,

discutir os problemas de segurança pública se tornou uma necessidade a ser compartilhada e desenvolvida, também, com a participação de programas de proteção a vítimas de violência, acionados como uma ferramenta para garantir a proteção de lideranças ameaçadas. Assim, novas maneira de viver nos territórios passaram a ser pautadas pelos efeitos da violência mobilizada pelas facções que, em virtude de sua ação e conflito, afetaram todo tecido social que compõe as periferias de cidades cearenses.

### Considerações Finais

As facções se espalharam pelo estado do Ceará, afetando territórios e os estilos de vida nas periferias urbanas. A cidade de Fortaleza e sua zona Metropolitana foram especialmente afetadas pelo seu papel socioeconômico no Estado. Os territórios se tornaram zonas nas quais as facções se fazem presentes por meio de um controle armado que se impõe, tornando a violência uma possibilidade cotidiana. Ela pode ficar ali durante todo o tempo apenas como uma possibilidade, o que causa efeitos práticos na maneira como as pessoas se adaptam à expectativa de evitar danos a sua integridade física. Eventos violentos realizados pelas facções evidenciam a extensão do problema, e considerar as ordens dos grupos nos territórios vai se consolidando como uma escolha importante ser seguida por todos.

Em suma, embora as facções defendam em seus discursos públicos certos valores de proteção à comunidade, isso funciona sobretudo em um plano simbólico, alimentando uma luta moral entre os diferentes grupos que, em consequência da violência que promovem, causam traumas e problemas de segurança pública graves. As violações de direitos são recorrentes, afetam a possibilidade de ficar em um imóvel, circular livremente, atuar politicamente e existir tendo a certeza de ir e vir em segurança. Existem elementos totalmente imprevisíveis na dinâmica das facções, embora exista alguma raciona-

<sup>17</sup> Um belíssimo ensaio fotográfico Macêdo Júnior (2022) mostra um pouco das mobilizações feitas pelo CDVHS para promoção de uma cultura de paz na região do Grande Bom Jardim.

lidade. Estes limites, inclusive, podem ser acionados quando as coisas parecem escapar de certos limites. Todavia, as facções adquiriram poder e capilaridade, impondo ao poder público dificuldades significativas no controle social do crime praticados pelos seus integrantes. Isso gera muitas possibilidades para uso da violência como meio de regulação de relações sociais e consequências imprevisíveis por causa da arbitrariedade das ações. Em linhas gerais, observa-se uma dinâmica de poder cuja dimensão é difícil de precisar, e as possibilidades parecem ainda em aberto pelas dificuldades impostas às instituições de Estado e à sociedade como um todo.

### Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Ana Maria M.; CARLEIAL, Adelita N. Opulência e miséria nos bairros de Fortaleza (Ceará/Brasil). **Scripta Nova**: revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Vol. 7, 2003.

BARBOSA, Antonio Rafael. Política e moral nas prisões brasileiras. **Tempo Social**, volume 31, n.3, 121-140, 2020.

BARREIRA, César. **Cotidiano despedaçado**: cenas de uma violência difusa. Campinas: Editora Pontes, 2009.

BARREIRA, César et. al. **Ligado na galera**: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza. Brasília: UNESCO, 1999.

BARROS, Betina W.; PIMENTA, Melissa de M. 'Pra eles verem que nós somos ruim': Violência extrema no mercado de drogas no Rio Grande do Sul. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 15, p. 455-482, 2022.

BARROS, João Paulo Pereira et al. "Pacificação" nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. **Revista Psicologia**. (Fortaleza, Online), p. 117-128, 2018.

BEATO, Cláudio; ZILLI, Luís Felipe. A estruturação de atividades criminosas: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, p. 71-88, 2012.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2018.

BIRMAN, Patrícia; MACHADO, Carly. A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 27, p. 55-69, 2012.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto; BARREIRA, César; AQUINO, Jania Perla Diógenes de. 'Facções' de Fortaleza y colectivos de Caracas: Dos modelos de gobernanza criminal. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 15, p. 21-49, 2022.

CANDOTTI, Fábio Magalhães. "Quando a Massa Erra, o Estado Avança": notas sobre transformações carcerárias e criminais em Manaus (Amazonas). **Revista TOMO**, n. 40, p. 198-198, 2022.

COSTA, Flávio ; ADORNO, Luís. Traição e tiro no rosto: como mataram Gegê do Mangue e Paca, líderes do PCC. **Portal UOL**. Segurança Pública. São Paulo, 28 jul. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/07/28/morte-de-gege-do-mangue-pcc-homicidio-ceara-fu-minho.htm>. Acesso em: 27 jan. 2023.

DAUDELIN, Jean; RATTON, José Luiz. Mercados de drogas, guerra e paz no Recife1. **Tempo Social**, v. 29, p. 115-134, 2017.

DIAS, Camila Nunes. Disciplina, controle social e punição: o entrecruzamento das redes de poder no espaço prisional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, volume 29, n. 85, 113-127, 2014.

DIÓGENES, Glória Maria dos S. **Cartografias da cultura e da violência**: gangues, galeras e o movimento hip-hop. Rio de Janeiro: Annablume, 1998.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade**: mercado e formas de vida. São Carlos: EdUFS-Car, 2022.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador 2**: formação do Estado e civilização. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. **Lua Nova: Revista de Cultura**

e **Política**, p. 201-233, 2010.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos**: uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FREITAS, Cinthia. Sobrevivente de Chacina em Fortaleza se fingiu de morto; moradores de Cajazeiras estão deixando o bairro. **Portal G1**. Ceará. Rio de Janeiro, 30 jan, 2024. Disponível em <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/sobrevivente-de-chacina-em-fortaleza-se-fingiu-de-morto-moradores-de-cajazeiras-estao-deixando-o-local.ghtml>. Acesso em 22 fev. 2024.

GRILLO, Carolina Christoph. Da violência urbana à guerra: Repensando a sociabilidade violenta. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 12, n. 1, p. 62-92, 2019.

LOURENÇO, Luiz Claudio; ALMEIDA, Odilza Lines de. “Quem mantém a ordem, quem cria desordem”: gangues prisionais na Bahia. **Tempo social**, volume 25, n. 1, 37-59, 2013.

MACÊDO JÚNIOR, Daniel Paiva de. Semear um Bom Jardim: ritos de memória e mobilização comunitária em defesa da vida nas periferias de Fortaleza. **Teoria e Cultura**, v. 17, n. 1, 2022.

MANSO, Bruno. P.; DIAS, Camila N. **A guerra**: a ascensão do PCC e o mundo do crime. São Paulo: Todavia, 2018.

MARQUES, Adalton. “Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. **Etnográfica**. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, volume 14, n. 2, 311-335, 2010.

MATOS JÚNIOR, Clodomir Cordeiro de; NETO, João Pedro de Santiago; PIRES, Artur de Freitas. Mercados ilegais e dinâmicas criminais: notas sobre as transformações do tráfico de drogas nas periferias de Fortaleza, Ceará. **Revista TOMO**, n. 40, 39-62, 2022.

MATOS JÚNIOR, Clodomir C.; NETO, João P. S. de. Facções, controles e gestão das periferias: mobilidades e direito à moradia em Fortaleza, Ceará, Brasil. **Revista de Ciências Sociais-Brazil**, v. 53, n. 3, 2022.

MATOS JÚNIOR, Clodomir Cordeiro de. **Violência, cidadania e medo**: vivências urbanas em Fortaleza. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Universi-

dade Federal do Ceará, 2008.

MELO, Juliana; PAIVA, Luiz Fábio S. Violências em territórios faccionados do Nordeste do Brasil: Notas sobre as situações do Rio Grande do Norte e do Ceará. **Revista usp**, n. 129, p. 47-62, 2021.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos avançados**, v. 21, p. 139-157, 2007.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de M.; SIQUEIRA, Ítalo Barbosa Lima. Dinâmicas “faccionais” e políticas estatais entre o dentro e o fora das prisões do Ceará. **Revista Tomo**, n. 40, p. 123-123, 2022.

NUNES, Larissa Ferreira; BARROS, João Paulo Pereira. Crossings of urban violence in the life trajectories of adolescents deprived of freedom. **Trends in psychology**, p. 1-20, 2022.

PAIVA, Luiz Fabio Silva. O domínio das facções nas periferias de Fortaleza-CE. **Revista TOMO**, n. 40, p. 87-87, 2022.

PAIVA, L. F. S. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Caderno CRH**. Salvador, v. 32, n. 85, p. 165–184, 2019.

PAIVA, L. F. S.; FREITAS PIRES, A. de. (2023). “Quem manda no Ceará?”. Sobre o enfrentamento às facções criminosas em um estado do nordeste do Brasil. **Espacio abierto**: Cuaderno Venezolano de Sociología. Caracas, v. 32, n. 2, p. 97-121.

PAIVA, Luiz Fábio S.; BARROS, João Paulo Pereira; CAVALCANTE, Ricardo Moura Braga. Violência no Ceará: As chacinas como expressão da política e do conflito entre facções. **O Público e o Privado**, v. 17, n. 33 jan. jun, p. 73-98, 2019.

PIRES, Artur de Freitas. **A vida no crime é louca**: as relações criminais em um complexo de favelas. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2018.

RODRIGUES, Fernando de J. et al. Apresentação do Dossiê: Políticas, Mercados e Violência no Norte e Nordeste do Brasil. **Revista Tomo**, n. 40, p. 9-9, 2022.

RODRIGUES, Fernando de Jesus. “CORRO COM O PCC”, “CORRO COM O CV”, “SOU DO CRI-

ME” Facções, sistema socioeducativo e os governos do ilícito em Alagoas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, p. e3510216, 2020.

SÁ, Leonardo. A condição de ‘bichão da favela’ e a busca por ‘consideração’: uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4, n. 2, p. 339-355, 2011.

SANTOS, Nido Farias dos; TREVAS, Juliana Torres Y. Plá; SIQUEIRA, Ítalo Barbosa Lima. Apresentação: Afetividades marginais, grupos armados e mercados ilegais. **Plural**, v. 30, n. 02, 2023.

SOUSA, Manoel Johnson Sales. **As peculiaridades da violência no Ceará**: aventuras e maneiras de fazer o crime. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFC, 2019.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. “Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano”. **Sociedade e Estado**, v. 19, n. 1, pp. 53-84, 2004.

SIMMEL, G. EXCURSO SOBRE O PROBLEMA: COMO É POSSÍVEL A SOCIEDADE? **Sociologia & Antropologia**, v. 3, p. 653-672, 2013.

SIQUEIRA, Ítalo Barbosa Lima; NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo; MORAES, Suiany Silva de. Dinâmicas inter-regionais de mercados e governança criminal em perspectiva comparada entre Fortaleza e Manaus. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 15, edição especial n. 4, 441-468, 2022.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. volume 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.